

Proposta de Emenda à Constituição nº de 2017

(do Sr. Deoclides Macedo e outros)

Acrescenta inciso ao art. 144 da Constituição Federal para incluir as polícias municipais entre os órgãos responsáveis pela preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto Constitucional:

Art. 1º Insira-se o inciso VI ao artigo 144 da Constituição Federal, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 144

.....

VI – polícias municipais.”

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua promulgação.

Justificativa

Em 8 de agosto de 2014 foi promulgada a lei nº 13.022, que dispõe sobre o estatuto geral das Guardas Municipais. Qualquer consulta ao referido normativo expõe com clareza que as Guardas Municipais constituem-se em efetivo corpo policial, cuja função é em tudo similar aos dos órgãos listados no art. 144 de nossa Constituição Federal como responsáveis pela segurança pública, respeitadas suas respectivas competências, áreas de abrangência e jurisdição.

A partir dessa constatação, acreditamos que a definição explícita de que os municípios têm a competência para organizar seu próprio corpo policial, com todas as prerrogativas que garantem a efetividade de sua atuação como forças necessárias à promoção da ordem pública, permitirá que nosso aparato de segurança fique completo e atenda melhor às necessidades da população.

Destacamos que a organização de forças policiais a partir de municipalidades é adotada em diversos países, entre os quais podemos citar Portugal, Itália (Polizia Municipale) e França (Police Municipale), na Europa, o México e a Argentina (Policía Municipal) na América Latina, bem como os Estados Unidos da América (Municipal Police Departments) e mesmo o Canadá, que não adota a polícia municipal em todas as cidades, mas permite que os municípios que o desejarem organizem suas forças de segurança na forma de uma polícia com jurisdição sobre seu território, entre diversos outros exemplos que poderíamos elencar.

Por fim, não é demais ressaltar que a própria lei nº 13.022, de 08 de agosto de 2014, já assegura a utilização de outras denominações consagradas pelo uso, sendo Polícia Municipal a mais pertinente e reivindicada pelos profissionais da área. Diante destas argumentações, solicitamos aos nobres pares o apoio necessário à aprovação desta matéria.

Sala de Sessões, de dezembro de 2017.

Deputado Deoclides Macedo
(PDT/MA)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

DE 2017

Acrescenta inciso ao art. 144 da Constituição Federal para incluir as **polícias municipais** entre os órgãos responsáveis pela preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

[illegible]